

EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE EM SALVADOR DA BAHIA: ANTECEDENTES E PANORAMA ATUAL.

Avance de investigación en curso-

Grupo de Trabajo N°25: Educación y desigualdad social.

Diogo Reyes da Costa Silva.

Resumo:

O presente trabalho consiste em parte importante de uma investigação mais abrangente e profunda, seu objetivo é enriquecer a compreensão da desigualdade de oferta e acesso a educação, analisados em sua relação com a desigualdade socioeconômica na cidade do Salvador. Para isso, o texto apresenta um panorama multifacetado das condições da educação escolar na capital do estado da Bahia, comparando com dados nacionais, estaduais e de outras metrópoles. E ainda cruzando com indicadores de outras condições sociais, como renda, consumo e escolaridade dos responsáveis. Para um entendimento processual, o artigo também apresenta a história do sistema de educação da cidade, contextualizando tais antecedentes na trajetória brasileira.

Palavras-chave: Acesso a educação, Desigualdades, Qualidade.

Introdução:

O presente trabalho tem como objetivo enriquecer a compreensão da desigualdade de oferta e acesso a educação na cidade do Salvador, capital da Bahia¹. Apresentando considerações acerca da situação da educação básica, especialmente pública, a partir de um conjunto variado de dados de recentes do Censo, Censo Escolar, Prova Brasil e outras pesquisas de grande abrangência.

De forma mais específica a questão é abordada em sua relação com a desigualdade socioeconômica. Pois, como é amplamente aceito pela literatura da sociologia da educação, existe uma forte influência de condições materiais e sociais desfavoráveis ao acesso pleno e funcionamento da família como instância construtora das disposições e pré-condições favoráveis a dinâmica da educação e escolarização. Como apontado por Bourdieu e Passeron (2008, original de 1970) e mais recentemente Lahire (1997). Dubet (2004) descreve muitas pesquisas mostram que a escola recebe pior os alunos menos favorecidos: os entraves são mais rígidos para os mais pobres, a estabilidade das equipes docentes é menor nos bairros difíceis, a expectativa dos professores é menos favorável às famílias desfavorecidas, e outros elementos. A dificuldade se apresenta maior ao considerarmos a inserção em uma estrutura que sistematicamente gera vantagens para/por determinados grupos, enquanto outros são sistematicamente deixados fora de alcance (Como também apontam Laacher, 1990; Lareau, 2000).

Nessa perspectiva é especialmente importante a análise de que descreve como os arbítrios pedagógicos são recebidos pelas diferentes classes (ou frações), de acordo com suas possibilidades e capitais específicas. Ou seja, a educação é apropriada e utilizada de forma desigual pelos grupos em condições desiguais de poder em suas diversas formas. Assim, o grau variado de sucesso alcançado pelos alunos em suas trajetórias escolares não poderia ser explicado por seus dons pessoais, quaisquer características biológica ou psicológica individuais. Mas principalmente por sua origem social, que os

¹- Esse artigo consiste em parte importante de uma investigação mais abrangente e profunda, como bolsista e pesquisador no âmbito do CRH/UFBA e Observatório das Metrópoles- Salvador.

colocaria em condições mais ou menos favoráveis diante das exigências escolares, já que representa para as classes superiores algo extremamente familiar e próximo, diferente das camadas populares. Dessa forma a instituição da educação, na nossa sociedade, acaba por cumprir um papel conformador, de manutenção e legitimação das desigualdades, uma forma de capital (Bourdieu e Passeron, 2008).

Segundo Dubet (2004), o que a sociologia da educação nos demonstra em sua trajetória é que a abertura de um espaço de competição escolar não elimina as desigualdades de acesso e apropriação, demonstra que quanto mais favorecido o meio do qual o aluno se origina, maior sua probabilidade de ser um bom aluno, quanto mais ele for um bom aluno, maior será sua possibilidade de acessar a uma educação melhor, mais diplomas ele obterá e mais ele será favorecido. Para o autor, o modelo de igualdade de oportunidades meritocrático pressupõe uma oferta escolar perfeitamente igual e objetiva, ignorando as desigualdades sociais dos alunos.

Nessa perspectiva essas não são dificuldades isoladas e idiossincráticas, mas uma parte do mecanismo de reprodução das desigualdades escolares, inserida na sociedade de classes. Que ajuda a limitar o envolvimento das camadas populares atuando nas habilidades e recursos possuídos para a ação, a despeito dos fortes desejos da família. Essas ações incluem diversos tipos de atos, como conseguir informações, avaliar e tomar decisões (Lareau, 2000).

Dessa forma, o texto se organiza em três seções. Primeiramente, o artigo apresenta uma breve revisão da história do sistema de educação da cidade, sua constituição e trajetória, especialmente no século XX, contextualizando tais antecedentes na trajetória brasileira.

Em seguida, temos um panorama multifacetado das condições da educação escolar na capital do estado da Bahia, comparando com dados nacionais e estaduais. E ainda cruzando com indicadores de outras condições sociais, como renda, consumo e escolaridade dos responsáveis. Abordando elementos referentes aos perfis da população em geral, dos alunos em idade escolar e suas famílias, e estrutura das escolas. Por fim, breves conclusões e considerações inferidas a partir das seções anteriores.

Antecedentes históricos:

Durante o período do Brasil colônia a educação escolar era esparsa e acessada por indivíduos de classes abastadas que não tinham função economicamente produtiva na sociedade. Uma instituição derivada da superestrutura vinculada à monocultura agrário-exportadora e uma sociedade aristocrática. Marcada por um conteúdo baseado no dogma e na autoridade, na tradição escolástica e literária, no desinteresse pela ciência, atividades técnicas e artísticas. Ou seja, um conteúdo homogêneo destinado a dar cultura geral básica, sem qualquer preocupação de formar para o trabalho ou equalização social (Souza, 2000).

Situação que pouco mudou até o século XIX, que por um lado foi marcado pelo surgimento de uma camada social intermediária no país, substanciada pela economia de mineração que criou e reforçou o mercado interno. Mas também por trazer outro elemento importante na evolução da educação escolar no Brasil, a partir da presença do príncipe regente, dando início ao processo de autonomia em direção a independência política. Esse fato acarretou mudanças nas instituições educacionais da época, embora com a principal intenção de proporcionar educação para uma elite aristocrática (Romanelli, 1997).

Nesse período se deu na Bahia e no Brasil a organização da instrução pública. Desde a vinda da Família Real em 1808, D. João continuou com as Aulas Régias elementares e maiores, herdadas dos tempos do Marquês de Pombal. Também estende a rede de ensino, criando os primeiros cursos de nível superior (Médico-Cirúrgico, na Bahia e no Rio de Janeiro) e aulas de Comércio no Rio, Bahia e Pernambuco. Expandindo o ainda pequeno número de escolas, tanto que já 1832, a Regência Trina Permanente decretou uma lei mantendo na Bahia as 70 escolas públicas de primeiras letras já então existentes, e criando outras 94 mais, elevando para 164 as escolas públicas na Bahia (Nunes, 2008).

A partir da independência, na fase do império, a educação escolar no Brasil, apesar de descentralizada e elitista, assumiu grande importância na formação dos letrados a preencher o quadro da administração e da política nacional, fornecendo de pessoal qualificado para essas funções. Mesmo com a proclamação da República não prevaleceu o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino para provocar uma renovação intelectual interessante às novas instituições democráticas. Ainda assim, começam a surgir alguns sinais de ruptura com essa perspectiva e atuação do estado, dando resultados em ações concretas no seio da sociedade civil do país, na educação em geral e no sistema escolar (Souza, 2000).

No caso da Bahia, o governador Goes Calmon (1924-28) teve como Inspetor Geral da Instrução, o jovem Anísio Teixeira. Que formulou e enviou à assembléia um projeto de lei que reestruturava a instrução pública do Estado, promulgado em lei no ano de 1925, estabelecendo o recolhimento da sexta parte da renda de cada município para ser usado na educação. Um decreto relacionado do mesmo ano aprovava um Regulamento para o Ensino Primário e Normal. Reformas e racionalização que se enquadram no grupo das chamadas “Escola Nova” realizadas em vários estados brasileiros na década de 20 do séc. XX (Nunes, 2008).

Podemos dizer que, até esse período, a educação no Brasil tinha pouca força na constituição da sociedade e foi tradicionalmente tratada de forma desorganizada e assistemática. Mantida distante das questões prioritárias e fundamentada em uma concepção de ensino que lhe conferia um caráter coadjuvante, especialmente em função da desvalorização do trabalho manual, considerado degradante por estar relacionado à pobreza e a escravidão. Apenas a partir desse momento surge uma preocupação mais generalizada, ainda que intermitente, no que diz respeito às políticas de educação por parte dos governos. Impulsionada especialmente com a intenção de melhorar a formação dos trabalhadores, em vista à insuficiência no atendimento à emergente demanda industrial por força de trabalho qualificada, decorrente do processo de substituição de importações (Romanelli, 1997).

Seguindo nessa dinâmica, no período de 1945 a 64, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a deposição de Vargas no Brasil, foi elaborada a Constituição Nacional de 1946, a educação é repensada no sentido de adaptá-la às novas exigências do modelo econômico voltado para a internacionalização do mercado interno (Souza, 2000).

Com o retorno das eleições e novos governadores foram eleitos para os estados. Na Bahia, Otávio Mangabeira (1947 a 51), que teve como Secretário de Educação e Saúde Anísio Teixeira. Que redigiu a seção da constituição baiana do Capítulo III – Da Educação e da Cultura, inserida no Título V – Dos Direitos Fundamentais (Nunes, 2008).

A partir de 1964 com a Ditadura Militar e a consolidação do capitalismo monopolista de Estado no Brasil, a abordagem oficial da educação passa a basear-se numa concepção pragmática e tecnicista de aquisição do conhecimento. Esta submetida às necessidades econômicas e baseadas e na racionalização do trabalho e sua divisão social. Buscando criar as condições objetivas para a inserção subalterna do Brasil no mercado internacional. Diante da necessidade de adequar o sistema nacional de ensino às exigências do estágio de desenvolvimento das forças produtivas, nesse período verificou-se uma ampla expansão da educação básica no Brasil, tanto no aspecto quantitativo quanto no aspecto qualitativo e condicionou o processo de industrialização do país à criação de um excedente de mão-de-obra, minimamente qualificada, através da ampliação das oportunidades de escolarização básica. (Souza, 2000).

Na Bahia pode-se destacar o Plano Integral de Educação, que em conjunto com o Plano de Emergência, atuaram no sentido de aumentar em um curto prazo, a oferta de matrículas no ensino primário e secundário, bem como melhorar a qualidade do ensino através de seleção ordenada de professores e treinamento dos já existentes. Dessa forma, foi retomado o concurso público para os cargos do magistério, e se proporcionou treinamento aos professores leigos (Nunes, 2008).

Os anos 1980 representaram para o Brasil um período de agravamento da crise econômica que já

se apresentava na década anterior, mas também de liberação política da brutalidade da Ditadura Militar e florescimento de movimentos sociais e de trabalhadores. Esse processo deu vazão à pressão social que acarretaria em avanços nas décadas seguintes. Souza (2000) aponta que

“[...] o capital tem sido obrigado a reestruturar a organização de suas forças produtivas e a redefinir o modo de regulação de suas relações de produção. Nesse contexto, ao buscar condições objetivas de regularidade para o sistema, dentre outras medidas, o capital tem buscado ampliar ainda mais as oportunidades educacionais em nível básico, ampliando de oito para onze anos a escolaridade básica do País (Lei 9394/96).” (Pg. 81).

Dessa forma, atualmente os sistemas de educação do Brasil e da Bahia se encontram em uma situação onde chama atenção a expansão de vagas e atendimento, especialmente nas últimas décadas. Se por um lado chegamos a uma cobertura quase total, restam os complexos desafios da generalização da qualidade, diminuindo as diferenças e segmentações entre diversos conjuntos de instituições. São questões, por exemplo, a distorção idade série, abandono e formação deficiente, ou ainda problemas relacionados à equidade (Schwartzman, 2005).

É notório que o país sustenta um elevado nível de desigualdade social, que por sua vez está intimamente ligado ao acesso à educação, em um ciclo vicioso ou virtuoso, dependendo da posição social. Para muitos autores, com grande desigualdade tampouco existe equidade no acesso aos recursos e benefícios da educação (Ferreira e Barros 2000. Apud: Schwartzman, 2005).

Em uma pesquisa excelente, Ribeiro e Koslinski (2009) descrevem que algumas dessas segmentações estão presentes nas discrepâncias regionais marcantes. Calculam, por exemplo, que pertencer às regiões Norte ou Nordeste diminui, em média, 1,34 o IDEB urbano de 1ª fase dos municípios. Também foi observada uma tendência ao menor desempenho educacional nos municípios integrados à dinâmica metropolitana, mais acentuada nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Isto é, pertencer a estes aglomerados urbanos exerce um efeito negativo, mesmo que moderado, sobre a qualidade da educação pública oferecida nos municípios.

Panorama atual da educação em Salvador:

Como acontece em outras esferas da vida social, a educação em Salvador apresenta suas características próprias, mas ainda assim não foge de sua inserção geral no padrão brasileiro e específica no padrão do Nordeste. Dessa forma, a capital também enfrentou o desafio da abrangência de forma mais eficiente do que o da qualidade e homogeneidade da educação. De forma que os bons resultados são soterrados pelos predominantes casos de dificuldades.

Ao analisarmos essa esfera, é importante saber que as diferenças entre escolas municipais e estaduais são muito significativas, pois as instituições ligadas à rede da capital oferecem educação infantil e ensino fundamental enquanto as estaduais oferecem ensino fundamental e médio. Interessante destacar que existe um processo em curso levado a cabo pelo poder público, de municipalização do ensino fundamental, com transferência de alunos e recursos, mas que ainda não reverteu a situação de maior atendimento das escolas estaduais.

Primeiramente, com relação às unidades escolares, serviços e infra-estrutura, vejamos algumas informações relevantes. Segundo o Censo Escolar, em 2010 a capital baiana dispunha de mil seiscientos e dez unidades de educação, incluídas as vinculadas ao governo municipal, estadual e federal, bem com as instituições particulares, distribuídas da seguinte forma:

Escolas por dependência administrativa. Bahia e Salvador, 2010.

Dependência	Bahia	Salvador
Federal	0,1%	0,1%
Estadual	14,1%	16,1%
Municipal	65,4%	26,3%
Privada	20,3%	57,5%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Censo escolar, 2010.

Aqui podemos ver a proporção de instituições, mas que não reflete o volume de atendimento, visto que as unidades estaduais em Salvador, costumam ser maiores, dispondo de mais turmas e alunos, como veremos a seguir. Chama atenção a grande discrepância entre o estado e a capital, no que concerne a participação dos distintos níveis de governo na educação, especificamente no forte papel da educação municipal no interior e da educação privada na capital. Esse grande número de instituições privadas em Salvador revela o aumento recente das instituições voltadas as classes populares, cada vez mais consumidoras desse tipo de serviço.

Seguindo adiante, temos alguns dados acerca da estrutura física e qualidade ambiental das unidades escolares. Apesar de um dado relativamente simples, revela uma série impressionante de carências.

Infra-estrutura disponível nas escolas, Salvador 2010.

Item	Não	Sim
Coleta periódica de lixo	2,4%	66,2%
Laboratório de informática	60,7%	39,2%
Laboratório de ciências	88,1%	11,8%
Sala de atendimento especial	94,7%	5,2%
Quadra de esportes	72,2%	27,8%
Biblioteca	65%	35%
Sala de leitura	83,4%	16,6%
Sanitário no interior do prédio	33,4%	26,6%
Dependências para portadores de necessidades especiais	83,7%	12,3%

Fonte: Censo Escolar, 2010.

* Incluindo casos inválidos.

Ao observarmos esses dados, é perceptível que existem carências significativas nesse quesito, observável em praticamente todos os elementos. Desde casos que poderíamos considerar essenciais, como biblioteca ou laboratório de informática, e especialmente agravados no caso de itens menos indispensáveis, mas ainda assim altamente recomendados, como quadra de esportes e dependências adaptadas para portadores de necessidades especiais.

Ainda considerando acerca das possibilidades oferecidas pelas instituições aos seus alunos, sigamos para examinar como se apresentam as informações relativas aos equipamentos e serviços presentes nas escolas da cidade.

Equipamentos disponíveis e serviços oferecidos nas escolas, Salvador 2010.

Item	Não	Sim
Copiadora	25,5%	43,3%
Internet de banda larga	19,9%	48,8%
Alimentação para os alunos	16%	52,8%
Atendimento educacional especializado	68%	0,7%
Atividade complementar	61,90%	6,8%

Fonte: Censo Escolar, 2010.

* Incluindo casos inválidos.

Novamente podemos perceber carências e defasagens bastante explícitas, talvez com a única exceção na alimentação. Mesmo no caso da internet banda larga, onde temos uma proporção a primeira vista favorável, é possível argumentar que esse serviço é de tal forma importante na atualidade que não poderia estar ausente de um quarto de todas as instituições de educação não superior.

Conjugando esse dado com a alta proporção de escolas sem laboratórios de informática, podemos apontar que existe para muitos alunos uma restrição ao acesso através da escola à informática, seu conhecimento e instrumentalização, tão importantes para a trajetória de vida na atualidade. No caso de famílias mais pobres, obtenção desses conhecimentos e habilidades no âmbito da escola é importante pois muitas vezes não é possível no âmbito familiar, por falta de recursos ou de contato com a área.

Para avançarmos no entendimento da diferenciação da educação inserida na dinâmica de diferenciação do próprio tecido urbano, é interessante observar algumas nuances de infra-estrutura e serviços entre as escolas das distintas dependências administrativas. Ao desagregarmos essa informação, é possível comparar e complexificar o entendimento desse quadro geral.

Infra-estrutura e serviços das escolas por dependência administrativa, Salvador 2010.

Item		Dependência administrativa			
		Federal	Estadua l	Munici pal	Privad a
Laboratório de informática	N	0	15%	52%	77%
	Si	100%	84%	47%	22%
Sala de atendimento especial	N	0	88%	99%	94%
	Si	100%	12%	0,8%	5%
Biblioteca	N	0	33%	75%	69%
	Si	100%	67%	24%	21%

Quadra de esportes	N	0	25%	86%	78%
	Si	100%	74%	13%	21%
Internet banda larga	N	0	20%	22%	39%
	Si	100%	80%	78%	60%

Fonte: Censo escolar 2010.

Interessante perceber que, ao contrário do que se poderia pensar em termos de senso comum, as escolas particulares se apresentam em muitos aspectos com uma estrutura equivalente, ou até pior, as escolas municipais. O que reforça a idéia de que muitas delas têm como público as classes trabalhadoras e populares, possuindo uma estrutura de acordo com o preço mais acessível que oferecem.

Mas ainda mais importante é a percepção que as escolas estaduais aparecem com números bem melhores que as demais em quase todas as variáveis. O que sugere uma diferenciação significativa entre essas instâncias em termos de elementos importantes da rede de educação da cidade.

Outro aspecto interessante a ser examinado, de acordo com o apontado pela literatura da sociologia da educação, são as informações relativas aos *profissionais de educação* que trabalham na capital. Um corpo docente composto em 2010, segundo o censo escolar, de cerca de vinte e oito mil profissionais, incluídos os docentes propriamente ditos, somados aos auxiliares de educação infantil e profissionais/monitores de atividades complementares. Distribuídos nas instâncias federal, estadual, municipal e privada, nas proporções que podemos ver a seguir.

Docentes por dependência administrativa, Bahia e Salvador 2010:

Dependência	Bahia	Salvador
Federal	0,5%	0,6%
Estadual	39,0%	58,6%
Municipal	48,3%	19,8%
Privada	12,2%	21,1%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Censo escolar 2010.

Podemos visualizar nessa tabela a um padrão na variação das proporções entre capital e estado, no quesito a presença e predominância de alguns dos segmentos. Seguindo na caracterização desse corpo de profissionais, temos um indicador clássico na literatura, a variável referente à sua formação que reflete aspectos de qualificação a incentivos. Distribuídos como podemos observar na seguinte tabela:

Escolaridade dos docentes. Bahia e Salvador, 2010.

Escolaridade	Bahia	Salvador
Fundamental incompleto	0,2%	0,5%
Fundamental completo	0,5%	0,2%
Ensino Médio - Normal/Magistério	28,2%	5,4%
Ensino Médio - Normal/Magistério Específico	0,1%	0,1%

Indígena

Ensino Médio	20,4%	13,8%
Superior completo	50,6%	80,0%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Censo Escolar 2010.

Vale a pena apontar aqui que, apesar de uma proporção significativamente maior que a média do estado, Salvador ainda tem um número considerável de docentes sem nível superior. Uma questão que pode se revelar como um considerável entrave para o objetivo de melhor qualidade, tanto pelo aspecto do aperfeiçoamento profissional em si, quanto por localizá-los em um patamar menor de remuneração.

Com relação a pós-graduação, em 2010 cerca de 38% dos docentes da cidade não tinham cursado nenhuma modalidade desse tipo de formação (entre aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado), que também pode representar um entrave nos moldes citados acima. Ainda nesse sentido, se por um lado 41% apresentavam especialização, apenas 1,8% desses docentes tinham mestrado e um número muito pequeno tinham doutorado, somente 0,1% do total.

Assim, podemos destacar o elemento da formação e qualificação dos profissionais como uma questão importante a ser enfrentada em direção a uma maior qualidade do sistema de ensino na cidade de Salvador, bem como no estado de forma geral. Embora apresentando um grande número de casos inválidos (missing system) nos dados para todo o estado, o restante indica que no interior da Bahia os números de profissionais com alguma pós-graduação são consideravelmente menores.

Ao comparar essas informações separadas entre aos ensinos fundamental e médio, nos âmbitos nacional, regional e estadual podemos perceber uma tendência geral à uma menor formação para os docentes na primeira fase. Tais dados revelam também que Salvador está acima da média para o contexto regional, mas bem próximo da média brasileira, o que indica uma generalização da questão.

Percentual de docentes com curso superior, por fase de ensino, 2006.

Abrangência Geográfica	Ensino	Docentes com curso superior
Brasil	Fundamental	71.8%
	Médio	95.4%
Nordeste	Fundamental	51.4%
	Médio	89.1%
Bahia	Fundamental	29.3%
	Médio	74.1%
Salvador	Fundamental	76.2%
	Médio	97.5%

Fonte: MEC/INEP, Edudata.

Avançando no entendimento do contexto geral e das diferenciações internas no sistema escolar da capital baiana, obtemos outro indicador ao cruzarmos os dados referentes à formação com as dependências, podemos ver nuances entre a formação dos profissionais nas distintas instâncias administrativas.

Escolaridade dos docentes por dependência administrativa, Salvador 2010.

Depen	Escolaridade
-------	--------------

Escolaridade dos docentes por dependência administrativa, Salvador 2010.

dependência administrativa	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Ensino Médio	Ensino Médio Normal/Magistério	E. -Normal/Indígena	M. -superior completo	Su total	T
Federal	0,00%	0,00%	3,5%	0,6%	0,0%	95,7%	100	1
Estadual	0,01%	0,00%	15,20%	0,60%	0,01%	84%	100	1
Municipal	0,60%	0,46%	11,10%	13,60%	0,13%	74%	100	1
Privada	1,70%	0,50%	12,80%	10,70%	0,08%	73,9%	100	1

Fonte: Censo Escolar 2010.

Podemos perceber que, mais uma vez, os dados referentes as instituições estaduais se apresentam melhor que as municipais e privadas na proporção de docentes com ensino superior, ficando abaixo apenas das federais. A distinção se encontra em relação aqueles que estão nos patamares fundamental, médio e magistério. Com relação a esse última, chama a atenção a sua quase ausência para os profissionais do estado e sua permanência para os vinculados ao município ou iniciativa privada. Ao avançar na comparação, é possível demonstrar que existe alguma segmentação entre essas duas instâncias, como indicavam os dados anteriores.

Por fim, mas não menos importante, podemos analisar as informações referentes ao *corpo de alunos* (ou matrículas), a partir principalmente dos dados do questionário da Prova Brasil. Essa perspectiva é especialmente interessante por nos trazer informações de uma parte essencial da dinâmica educacional, a família. Mas que, por sua vez, é dificilmente abordada por levantamentos mais centrados na escola.

Começamos então com alguns indicadores e taxas de rendimento, separadas de forma que possamos seguir comparando os dados dos ensinos fundamental e médio.

Distorção idade-série por fase de ensino: 2006.

Abrangência Geográfica	Ensino	Distorção idade-série
Brasil	Fundamental	28.6
	Médio	44.9
Nordeste	Fundamental	41.2
	Médio	62.3
Bahia	Fundamental	46.1
	Médio	65.6
Salvador	Fundamental	40.5
	Médio	64.4

Fonte: MEC/INEP, Edudata.

Taxas de Rendimento por fase de ensino, 2005.

Abrang ência Geográfica	Nível de ensino	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
Brasil	Fundamenta	76.6	14.7	8.7
	Médio	75.4	9.4	15.2
Nordeste	Fundamenta	69.3	17.7	13
	Médio	74.1	6.7	19.2
Bahia	Fundamenta	64.3	19.7	16
	Médio	78	6.2	15.8
Salvador	Fundamenta	65	20	15
	Médio	57.5	15.7	26.8

Fonte: MEC/INEP, Edudata.

Diferente dos dados anteriores, essas tabelas mostram-se pouco categorizantes. Ao contrário das informações já apresentadas, muitas vezes nesses indicadores as escolas de nível médio apresentam números muito próximos ou piores que as demais.

Apesar de parecer estranho a primeira vista, em uma elaboração mais profunda isso faz sentido, pois é nesse nível que se manifestam os atrasos obtidos nos anos anteriores, especialmente com relação a formação dos alunos. Impossível não conceber que uma pior qualidade nos anos iniciais pode facilmente se refletir também em dificuldades nos anos posteriores, piorando a situação de um sistema deficiente.

Outro dado importante, e uma questão muito importante na educação brasileira e especialmente na capital baiana, é o nível médio como o momento quando se dá a maior parte dos abandonos e, dessa forma, uma barreira de segmentação educacional anterior a mais comumente cidade do ensino superior.

É também nesse agrupamento onde os indicadores de Salvador aparecem piores do que as médias nacionais, regionais e estaduais. Indicando uma questão especialmente importante para todo o sistema educacional da capital, tanto de instância estadual quanto municipal. Nessa questão, a taxa de aprovação destaca-se negativamente, principalmente com relação ao segmento médio, com uma taxa bem abaixo das relativamente uniformes apresentadas nas escalas estadual, regional e brasileira.

Os dados obtidos através do questionário socioeconômico da Prova Brasil, possibilitam aprofundar no perfil das famílias dos alunos do ensino público na cidade em aspectos que interessam nessa investigação. Entre eles o posicionamento na estrutura socioeconômica e escolaridade da família, que também é um indicador clássico nas pesquisas educacionais. Refletindo a possibilidade de transmissão intergeracional do capital cultural, de práticas, predisposições e afinidades com o mundo letrado e o sistema de educação.

Nessa esfera de caracterização, temos primeiramente temos o conhecido indicador acerca do consumo e classe social, através da posse de alguns bens duráveis. Os visualizados abaixo foram selecionados a partir do parâmetro de serem praticamente mandatórios para as classes médias e altas, que muitas vezes possuem mais de uma unidade desses itens.

Bens duráveis na família de alunos de escolas públicas. Salvador, 2011:

Bens duráveis na família de alunos de escolas públicas. Salvador, 2011:

Posse/quantidade	Máquina de lavar roupa que não tanquinho	Televisão em cores	Carro	Geladeira
Branco	28,5%	28,4%	28,3%	28,0%
Nulo	0,5%	1,2%	0,6%	0,6%
Um	40,8%	31,0%	14,1%	63,5%
Dois	n/a	26,9%	2,5%	6,7%
Três ou mais	n/a	10,3%	1,1%	n/a
Não possui	30,2%	2,2%	53,4%	1,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: INEP. Prova Brasil 2011.

Infelizmente não foi possível comparar as informações com as dos alunos das escolas particulares, por inexistência desse tipo de dados para o seguimento. Entretanto, podemos visualizar que no caso das famílias dos estudantes do sistema público, embora sejam razoavelmente comuns os itens considerados de consumo mais generalizados entre a população, como televisão e geladeira, se considerarmos as respostas válidas, veremos que nesses itens ainda se encontram longe de serem completamente presentes para essa população, como aconteceria se não se tratasse de classes populares. Como aparece também com itens menos comuns, o carro e a lavadora de roupa, fora do alcance de boa parte dessas famílias atendidas pelo ensino público.

Ainda segundo o questionário socioeconômico da prova Brasil, com relação a dispor do serviço de empregada doméstica ou faxineira no domicílio, 62,9% das famílias já não contavam com nenhum serviço desse tipo, com uma diarista com frequência de um ou dois dias por semana eram somente 4,1% do total, enquanto aqueles que tinham empregada todos os dias úteis somente 3,6%, e 28% não respondeu. Uma proporção significativamente baixa, e indicativa de pertencimento as classes populares.

Finalmente, com relação à escolaridade dos pais ou responsáveis, podemos perceber informações interessantes ao analisar os números na tabela abaixo:

Escolaridade dos responsáveis, alunos de escolas públicas, Salvador 2011.

Escolaridade	Mãe ou responsável	Pai ou responsável	Homem
Branco	29,8%	36,7%	

Nulo	1,3%	0,8%
Nunca estudou.	1,6%	1,8%
Não completou a 4. ^a série (antigo primário)	5,7%	4,65%
Completou a 4. ^a série, mas não completou a 8. ^a série (antigo ginásio).	10,1%	6,6%
Completou a 8. ^a série, mas não completou o Ensino Médio (antigo 2. ^o grau).	11,4%	8,8%
Completou o Ensino Médio, mas não completou a Faculdade.	15,8%	11,4%
Completou a Faculdade.	6,0%	6,1%
Não sabe	18,4%	23,2%
Total	100,0%	100,0%

Fonte :INEP. Prova Brasil 2011.

A primeira vista, chama a atenção que apenas 6% afirmem que os responsáveis tenham completado o ensino superior, somando com aqueles que tem o ensino médio temos uma porcentagem um pouco maior que vinte e um por cento para as mulheres e de dezessete para os homens, proporções que podemos considerar baixas. Interessante que as responsáveis femininas aparecem com uma maior proporção dessa escolaridade, dando maior possibilidade de interagir positivamente com a educação escolar das crianças e jovens.

Outra informação a perceber é a grande proporção daqueles que não sabem essa informação a respeito dos seus responsáveis, o que indica que essa questão não deve se apresentar significativamente discutida no ambiente familiar. Pensando em conjunto com a grande proporção com escolaridade inferior ao ensino médio (próximo aos 25% em ambos casos), denota uma falta de familiaridade com o processo de educação formal por parte dessas famílias. O que reflete em dificuldades em diversos aspectos, como monitorar a atividade escolar, auxiliar nos estudos, até transmitir práticas e disposições interessantes.

Assim, a escolaridade dos responsáveis também se apresenta como questão importante a ser pensada, não apenas na transmissão de pré-disposições e práticas favoráveis a escolarização, mas também na medida em que eles terão cada vez menos condições de supervisionar e ajudar as crianças e jovens à medida que estes avançam no sistema escolar (como descreve Lahire, 1997).

Finalmente, o grande número de respostas em branco na categoria *homem responsável*, pode indicar também um fenômeno muito apontado pela sociologia urbana, muitas das famílias pobres são dirigidas por mulheres sem um companheiro(a). De forma que essa ausência de um responsável atua expandindo as vulnerabilidades expostas (como aponta Kaztman, 1999).

Com a totalidade desses dados apresentados talvez ainda tenhamos poucas variáveis para tecer um panorama completo, ou mesmo complexo. Mas um perfil sucinto, dentro do objetivo de apresentar evidências da materialização soteropolitana de um fenômeno que de forma geral já é apontado em diversos contextos. Ou seja, que as populações com menor acúmulo de capitais materiais e imateriais são maioria entre as que freqüentam as escolas públicas de Salvador. Essa análise, a medida que se aprofunda, permite também perceber as nuances e diferenciações, e complexificar o entendimento dessa desigualdade.

Importante ressaltar que essa ausência é maior ainda com relação as instituições estaduais que, como vimos, são aquelas que oferecem o ensino médio, tem melhores estruturas, equipamentos e serviços. Fatores que se impulsionam mutuamente na exacerbação dessa segregação.

As evidências apresentadas caracterizam um caso significativo de desigualdade no acesso e segregação escolar, onde o planejamento e implementação do sistema não acompanharam as necessidades de boa parte da população, mas se construíram em uma relação negativa com as suas possibilidades de consumo do espaço. De forma a agravar, para as populações nas regiões mais pobres da cidade, a desigualdade e a segregação, bem como multiplicar as vulnerabilidades.

Considerações finais:

Através de tal análise foi possível verificar que existem alguns méritos, mas um número muito maior de carências e desafios a serem enfrentados na cidade. Resultado de um processo histórico localizado em seu contexto geral, marcado por uma falta de intencionalidade em generalizar a educação, mas que também apresenta peculiaridades e questões específicas. Ainda, ficou perceptível uma considerável segmentação de qualidade e acesso a educação, pública ou privada. Bem como que existem elementos de diferenciação entre esses segmentos do sistema educacional, que além de apontar para um óbvio desequilíbrio, se revelam um elemento de aprofundamento da desigualdade educacional.

Os dados suscitam análises que apresentam conclusões interessantes, mas que também apontam para uma complexidade de relações que necessita de maior extensão e aprofundamento. Assim, comparação entre os dados das unidades ligadas as diversas instâncias de administração trouxe duas implicações significativas. Indicadores mais favoráveis no caso das instituições estaduais apontam para uma segmentação das condições de estudo oferecidas entre estas e as municipais, o que corresponde a um padrão abrangente, como indicam os dados do Brasil, regiões e estados. Tal segmentação entre os níveis de ensino na cidade, infantil e fundamental de um lado e médio do outro se configura como importante. Por isso demandam estudos mais aprofundados e devem ser levado em conta na formulação das políticas públicas de educação, para que possamos avançar em direção ao objetivo uma sociedade menos polarizada.

Referências:

BOURDIEU, Pierre. CHAMBOREDON, Jean-Claude. **A Reprodução: Elementos Para uma Teoria do Ensino**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

DUBET, François. **A escola e a exclusão**. *Cadernos de Pesquisa*. [online]. n.119, pp. 29-45. ISSN 0100-1574: 2003.

LAACHER, Smaïn. **L'école et ses miracles. Note sur les déterminants sociaux des trajectoires scolaires des enfants de familles immigrées**. In: *Politix*. Vol. 3, N°12. Quatrième trimestre 1990. pp. 25-37.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso Escolar nos Meios Populares: As Razões do Improvável**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

LAREAU, Annette. **Home Advantage: Social class and Parent Intervention in Elementary Education**. Rowan & Littlefield Publishers, Inc. Oxford: 2000 (primeira edição 1992).

NUNES, Antonietta d'Aguiar. **FUNDAMENTOS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: HISTÓRIA,**

MEMÓRIA E TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO NA BAHIA. Publ. **UEPG Ci Hum. Ci. Soc Apl., Ling Letras e Artes**, Ponta Grossa, 16 (2): 209-224. Dez, 2008.

SOUZA, José dos Santos. OS 500 ANOS DE TRADIÇÃO EXCLUDENTE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Revista da FAEBA**, nº 13, p. 63-76, jan./junho. Salvador, 2000.

RIBEIRO L.C.Q & KAZTMAN R.(orgs.). **A Cidade contra a Escola? Segregação Urbana e Desigualdades Educacionais em Grandes Cidades da América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital/ FAPERJ, 2008.

RIBEIRO, Luiz César. KOSLINSKI, Mariane Campelo. **Efeito metrópole e acesso às oportunidades educacionais**. Revista Eure, Vol. XXXV, Nº 106, pp. 101-129: Dezembro 2009.

ROMANELLI, Otaíza de oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SCHWARTZMAN, Simon. **Educação: a nova geração de reformas**. Publicado em Fábio Giambiagi, José Guilherme Reis e André Urani (organizadores), *Reformas no Brasil: Balanço e Agenda*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2004, pp. 481-504.

KAZTMAN, Ruben. **Activos y estructuras de oportunidades**. Montevideú: CEPAL, 1999.